



Chesf

Proposta da Administração



Ministério de
Minas e Energia





Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.541.368/0001-16

Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2015.

Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Relações com Investidores” a partir do dia 27/03/2015.

Item II - Destinação do Resultado do Exercício

Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, de 17/12/2009.

Participação nos lucros e resultados: Por tratar-se de obrigação construtiva decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à eventual obrigação, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20.12.2000 e aprovação do DEST, cujo pagamento deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas no montante de até R\$ 99,8 milhões.

Item III – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se no Anexo 01 do presente documento.

Item IV - Eleição de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal e respectivos suplentes

Considerando a eleição de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, os candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores encontram-se no Anexo 02 (Conselho de Administração) e Anexo 03 (Conselho Fiscal) do presente documento, assim como as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

Item V - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a proposta de remuneração anual global para os Administradores e Membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2015 à março de 2016 no valor de R\$ 6.404.626,45, incluído neste valor os encargos. As informações do item 13 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo 04 deste documento.

Recife, 26 de março de 2015

A Administração

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**10. Comentários dos diretores****10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Em 2014, a Chesf passou a consolidar as suas Demonstrações Financeiras em razão de ser controladora das Sociedades de Propósito Específico que formam o Complexo Eólico Pindaí I e Pindaí II. Apesar das referidas SPEs terem sido constituídas com uma participação acionária de 49% da Chesf e de 51% do parceiro privado, este teve a sua participação societária diluída, por se tornar inadimplente quanto ao capital subscrito, transformando-se num sócio minoritário.

Para efeito de comparabilidade, os comentários a seguir foram feitos, considerando as Demonstrações Financeiras dos três últimos exercícios.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia, seus recursos de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender às atuais exigências, como também as necessidades de recursos de suas atividades.

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	852.011	469.104
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	658.063	841.111	94.745
Dívida líquida	549.504	10.900	374.359
(+) Total do patrimônio líquido	9.523.869	11.305.915	11.671.459
Total do capital	10.073.373	11.316.815	12.045.818
Índice de alavancagem financeira	5,5%	0,1%	3,1%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta bom nível de alavancagem. O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e capital total) atingiu 5,5% em 31/12/2014.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.



Eventual excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2014 sua dívida bruta totalizou R\$ 1.207,6 milhões, 41,7% maior que os R\$ 852,0 milhões em 2013, dos quais 20,7% (R\$ 250,4 milhões) eram de curto prazo e 79,3% (R\$ 957,2 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2014 o saldo de R\$ 549,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013 sua dívida bruta totalizou R\$ 852,0 milhões, 81,6% maior que os R\$ 469,1 milhões em 2012, dos quais 7,1% (R\$ 60,2 milhões) eram de curto prazo e 92,9% (R\$ 791,8 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2013 o saldo de R\$ 10,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012 sua dívida bruta totalizou R\$ 469,1 milhões, 40,8% menor que os R\$ 791,8 milhões em 2011, dos quais 15,1% (R\$ 71,0 milhões) eram de curto prazo e 84,9% (R\$ 398,1 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2012 o saldo de R\$ 374,4 milhões.

	(R\$ milhões)				
Dívida	2014	2013	2012	Δ % 2014	Δ % 2013
Curto prazo	250,4	60,2	71,0	315,9	(15,2)
Longo prazo	957,2	791,8	398,1	20,9	98,9
Dívida Bruta Total	1.207,6	852,0	469,1	41,7	81,6
(-) Caixa e equivalentes de caixa	658,1	841,1	94,7	(21,8)	788,2
Dívida Líquida	549,5	10,9	374,4	4.941,3	(97,1)

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

	(R\$ milhões)				
	2014	2013	2012	Δ % 2014 x 2013	Δ % 2013 x 2012
Capital Próprio	9.523,9	11.305,9	11.671,5	(15,8)	(3,1)
Capital de Terceiros	5.361,8	5.828,4	6.042,8	(8,0)	(3,5)
Capital Total	14.885,7	17.134,3	17.714,3	(13,1)	(3,3)

A evolução do indicador medido pela relação entre capital de terceiros e capital total mostra que a estrutura de capital da Chesf manteve-se praticamente inalterada entre 2012 e 2013, apontando 34,0% em 31 de dezembro de 2013 (34,1% em 2012). Já em 31/12/2014, o capital de terceiros passou a representar 36,0%, aumentando 2 pontos percentuais em relação a 2013.

i.) Hipóteses de Resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.



ii.) **Fórmula de Cálculo do valor de resgate**

Vide item acima.

c. **Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Em 2014, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão impairment, provisões para perda na realização de investimentos, provisões para PIDV e contrato oneroso, foi de R\$ -72,1 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 163,6 milhões, 166,9% maior que em 2013 (R\$ 61,4 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.207,6 milhões, 41,7% maior que em 2013 (R\$ 852,0 milhões).

Em 2013, a geração de caixa operacional foi de R\$ -356,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 61,3 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 852,0 milhões.

Em 2012, a geração de caixa operacional foi de R\$ 3.277,2 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 151,8 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 469,1 milhões. O nível de cobertura da despesa financeira pelo EBITDA foi de 21,6 vezes e o da dívida bruta de 7,0 vezes.

Mantidas as atuais condições econômicas, a expectativa de geração de caixa operacional, bem como, os recursos decorrentes da parcela indenizada por ocasião da prorrogação das concessões, será suficiente para honrar os compromissos financeiros assumidos.

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

d. **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa, das indenizações decorrentes da prorrogação das concessões e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico, que em 2013 alcançaram 34 novas parcerias.

Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício

	(R\$ mil)		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Geração Operacional de Caixa (EBITDA)	(72.072)	(356.400)	3.277.200
Indenizações - renovação das concessões	1.041.875	5.089.452	-
Financiamentos e empréstimos	400.000	500.000	4.741
Recursos do FINOR	-	-	46.993
Total	1.369.803	5.233.052	3.328.934

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Chesf, considerando a situação econômico-financeira decorrente da prorrogação das concessões, utilizará os recursos decorrentes das indenizações, bem como, a geração de caixa operacional da Companhia, e caso necessário, buscará novos recursos através da obtenção de financiamentos junto ao BNDES e outras instituições financeiras ou Eletrobras, para a realização de investimentos em ativos não circulantes.

Os prazos dos financiamentos, empréstimos ou títulos que porventura vierem a ser emitidos deverão ser compatíveis com o cronograma de construção dos projetos de geração e transmissão de energia da Chesf, assim como taxas e prazos compatíveis com o mercado para fins de capital de giro.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

Endividamento Total			
	(R\$ mil)		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	509.900	444.526	321.729
Folha de pagamento	15.454	109.302	16.228
Tributos e contribuições sociais	92.105	87.562	115.895
Financiamentos e empréstimos	250.414	60.192	71.017
Outras provisões operacionais	103.445	109.722	106.461
Remuneração aos acionistas	-	34	41
Obrigações estimadas	122.832	102.167	134.787
Incentivo ao desligamento - PDVP	39.826	166.189	-
Benefícios pós-emprego	91.296	121.025	2.523
Encargos setoriais	136.185	155.935	201.408
Outros	27.600	29.853	51.561
	1.389.057	1.386.507	1.021.650
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos e contribuições sociais	213.095	80.617	67.797
Financiamentos e empréstimos	957.153	791.819	398.087
Incentivo ao desligamento - PDVP	93.029	-	-
Benefícios pós-emprego	840.574	489.283	705.788
Encargos setoriais	257.682	235.348	151.718
Provisões para contingências	1.482.916	1.404.872	1.388.685
Provisão contrato oneroso	114.724	1.434.251	2.303.556
Outros	13.599	5.641	5.515
	3.972.772	4.441.831	5.021.146
CAPITAL DE TERCEIROS	5.361.829	5.828.338	6.042.796



As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	31/12/2014					31/12/2013	31/12/2012
	Circulante		Total	Não Circulante		Total	Total
	Principal	Encargos		Principal			
Eletrobras	14.211	-	14.211	28.174	42.385	55.113	128.673
Banco do Brasil	125.000	11.087	136.087	375.000	511.087	501.918	-
Banco do Nordeste	45.473	57	45.530	203.979	249.509	294.980	340.431
Caixa Econômica Federal	50.000	4.586	54.586	350.000	404.586	-	-
Total	234.684	15.730	250.414	957.153	1.207.567	852.011	469.104

Do total dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, para o montante de R\$ 34.700 mil a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos. E para o montante de R\$ 7.685 mil a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações a cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu sistema de transmissão.

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização.

Em 2014 foi realizado empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, visando constituição de capital de giro. Este contrato tem um prazo de 60 meses, com juros de 115% do CDI e amortização em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 meses a contar da concessão do empréstimo. Os encargos serão pagos trimestralmente.

Quanto ao grau de subordinação entre as dívidas (iii) e eventuais restrições impostas ao emissor (iv)

Observa-se que não existe grau de subordinação entre as dívidas mantidas pela Companhia, nem possui restrições ou impedimentos nos contratos de financiamentos, especialmente, à distribuição de dividendos. Quanto à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Companhia ou na transferência do seu controle acionário, consta, nos contratos de financiamento do BNDES, cláusula sobre as obrigações de se submeter previamente a matéria ao BNDES.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, o montante de R\$ 4,7 bilhões correspondia a obrigações de natureza quirografária em 31 de dezembro de 2014 (comparado a R\$ 5,2 bilhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 6,2 bilhões em 31 de dezembro de 2012).



As dívidas da Companhia com garantia real, apresentadas em suas demonstrações financeiras, são compostas principalmente por parte dos financiamentos e empréstimos junto a sua controladora (Eletrobras) e instituições financeiras, sendo as demais contas a pagar, classificadas como dívidas quirografárias.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	R\$ mil					
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2012	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	291.533	24,14%	349.664	41,04%	468.608	99,89%
IPCA	361	0,03%	429	0,05%	496	0,11%
CDI	915.673	75,83%	501.918	58,91%	-	-
Total	1.207.567	100,00%	852.011	100,00%	469.104	100,00%
Principal	1.191.837	98,70%	850.037	99,77%	468.326	99,83%
Encargos	15.730	1,30%	1.974	0,23%	778	0,17%
Total	1.207.567	100,00%	852.011	100,00%	469.104	100,00%

Parte dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não é indexada, tendo apenas, remunerações médias e encontra-se descrita abaixo:

- Saldo de R\$ 42.024 mil (R\$ 54.684 mil, em 31/12/2013) contratado com a Eletrobras, proveniente de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 34.700 mil (82,5%) estão contratados com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., e R\$ 7.324 mil (17,43%), com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei;
- Saldo de R\$ 237.723 mil (R\$ 280.943 mil, em 31/12/2013) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., e bônus de 2,5% por pontualidade;
- Saldo de R\$ 11.786 mil (R\$ 14.037 mil, em 31/12/2013) contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 4,5% a.a..

Os financiamentos e empréstimos contratados junto ao Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal S.A, são indexados pelo CDI, apresentando as seguintes remunerações médias:

- Saldo de R\$ 511.087 mil (R\$ 501.918 mil, em 31/12/2013) contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 10,13% a.a. (115% da taxa média do CDI);
- Saldo de R\$ 404.586 mil (sem comparativo em 2013) contratado com a Caixa Econômica Federal S.A., com juros de 8,98% a.a. (115% da taxa média do CDI);

A Chesf possui contrato com a Eletrobras indexado pelo IPCA, com saldo de R\$ 361 mil em 31/12/2014 (R\$ 429 mil, em 31/12/2013), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 6,4% (5,9% no mesmo período do ano anterior).

c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 957.153 mil (R\$ 791.819 mil, em 2013, e R\$ 398.087 mil, em 2012), tem seus vencimentos assim programados:

R\$ mil

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	-	68.335
2015	-	183.135	68.248
2016	281.478	183.020	68.137
2017	280.612	180.606	65.723
2018	277.503	177.498	60.084
2019	95.473	45.473	45.473
Após 2019	22.087	22.087	22.087
Total	957.153	791.819	398.087

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais contas patrimoniais que demonstraram variações significativas, referentes aos 3 últimos exercícios sociais estão apresentadas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2014	2013	2012	2014 x 2013	2013 x 2012
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	658.063	841.111	94.745	4,42	4,91	0,53	(21,76)	787,76
Títulos e valores mobiliários	683.310	1.971.964	229.018	4,59	11,51	1,29	(65,35)	761,05
Clientes	364.500	298.542	734.810	2,46	1,74	4,15	22,09	(59,37)
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	1.605.710	1.254.584	4.736.747	10,79	7,32	26,74	27,99	(73,51)
Tributos e contribuições a sociais	76.139	95.587	177.508	0,51	0,56	1,00	(20,35)	(46,15)
Cauções e depósitos vinculados	10.982	10.982	11.003	0,07	0,06	0,06	-	(0,19)
Almoxarifado	89.382	90.426	85.380	0,60	0,53	0,48	(1,15)	5,91
Ativo financeiro - concessões de serviço público	77.833	74.448	77.023	0,52	0,44	0,43	4,55	(3,34)
Outros	425.495	440.419	175.362	2,86	2,56	0,99	(3,39)	151,15
	3.991.414	5.078.063	6.321.596	26,81	29,64	35,69	(21,40)	(19,67)
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Clientes	8.604	14.334	19.571	0,06	0,08	0,11	(39,97)	(26,76)
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	1.455.151	2.719.769	3,28	8,49	15,35	(66,48)	(46,50)
Títulos e valores mobiliários	3.483	3.582	4.308	0,02	0,02	0,02	(2,76)	(16,85)
Tributos e contribuições sociais	164.588	2.110.186	1.857.298	1,11	12,33	10,48	(92,20)	13,62
Cauções e depósitos vinculados	641.895	666.567	482.794	4,31	3,89	2,72	(3,70)	38,06
Ativo financeiro - concessões de serviço público	3.502.660	2.645.459	2.599.705	23,53	15,43	14,68	32,40	1,76
Outros	796.028	334.434	57.906	5,35	1,95	0,33	138,02	477,55
	5.605.080	7.229.713	7.741.351	37,65	42,19	43,70	(22,47)	(6,61)
Investimentos	3.980.860	3.191.947	2.250.456	26,74	18,63	12,70	24,72	41,84
Imobilizado	1.249.718	1.602.600	1.371.394	8,40	9,35	7,74	(22,02)	16,86
Intangível	58.626	31.930	29.458	0,39	0,19	0,17	83,61	8,39
	10.894.284	12.056.190	11.392.659	73,19	70,36	64,31	(9,64)	5,82
TOTAL DO ATIVO	14.885.698	17.134.253	17.714.255	100,00	100,00	100,00	(13,12)	(3,27)

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2014	2013	2012	2014 x 2013	2013 x 2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	509.900	444.526	321.729	3,43	2,59	1,82	14,71	38,17
Folha de pagamento	15.454	109.302	16.228	0,10	0,64	0,09	(85,86)	573,54
Tributos e contribuições sociais	92.105	87.562	115.895	0,62	0,51	0,65	5,19	(24,45)
Financiamentos e empréstimos	250.414	60.192	71.017	1,68	0,35	0,40	316,03	(15,24)
Outras provisões operacionais	103.445	109.722	106.461	0,69	0,64	0,60	(5,72)	3,06
Remuneração aos acionistas	-	34	41	-	0,00	0,00	(100,00)	(17,07)
Obrigações estimadas	122.832	102.167	134.787	0,83	0,60	0,76	20,23	(24,20)
Incentivo ao Desligamento - PIDV	39.826	166.189	-	0,27	0,97	-	(76,04)	-
Benefícios pós-emprego	91.296	121.025	2.523	0,61	0,71	0,01	(24,56)	4.696,87
Encargos setoriais	136.185	155.935	201.408	0,91	0,91	1,14	(12,67)	(22,58)
Outros	27.600	29.853	51.561	0,19	0,17	0,29	(7,55)	(42,10)
	1.389.057	1.386.507	1.021.650	9,33	8,09	5,76	0,18	35,71
NÃO CIRCULANTE								
Tributos e contribuições sociais	213.095	80.617	67.797	1,43	0,48	0,38	164,33	18,91
Financiamentos e empréstimos	957.153	791.819	398.087	6,43	4,62	2,25	20,88	98,91
Incentivo ao Desligamento - PIDV	93.029	-	-	0,63	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	840.574	489.283	705.788	5,65	2,86	3,99	71,80	(30,68)
Encargos setoriais	257.682	235.348	151.718	1,73	1,36	0,86	9,49	55,12
Provisões para contingências	1.482.916	1.404.872	1.388.685	9,96	8,20	7,84	5,56	1,17
Provisão contrato oneroso	114.724	1.434.251	2.303.556	0,77	8,37	13,00	(92,00)	(37,74)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	13.599	5.641	5.515	0,09	0,03	0,03	141,07	2,28
	3.972.772	4.441.831	5.021.146	26,69	25,92	28,35	(10,56)	(11,54)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	9.753.953	9.753.953	9.753.953	65,53	56,93	55,06	-	-
Reservas de capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199	33,03	28,70	27,75	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	0,01	-	-
Outros resultados abrangentes	(1.369.514)	(705.357)	(805.879)	(9,20)	(4,12)	(4,55)	94,16	(12,47)
Lucros/Prejuízos acumulados	(3.776.818)	(2.658.880)	(2.192.814)	(25,37)	(15,52)	(12,38)	42,05	21,25
	9.523.820	11.305.915	11.671.459	63,98	65,99	65,89	(15,76)	(3,13)
Participação de não controladores	49	-	-	-	-	-	-	-
	9.523.869	11.305.915	11.671.459	63,98	65,99	65,89	(15,76)	(3,13)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.885.698	17.134.253	17.714.255	100,00	100,00	100,00	(13,12)	(3,27)

Comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Apresentou uma redução de 21,40%, passando de R\$ 5.078.063 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 3.991.414 mil em 31 de dezembro de 2014. As principais variações foram:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Redução de 21,76 % no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 841.111 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 658.063 mil em 31 de dezembro de 2014.



Títulos e Valores Mobiliários

Redução de 65,35% nos títulos e valores mobiliários, de R\$ 1.971.964 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 683.310 mil em 31 de dezembro de 2014, passando a representar 4,59% do Ativo Total em 2014, sendo em 2013 e 2012, 11,51% e 1,29%, respectivamente.

Valores a Receber – Lei nº 12.783/2013

Os valores a receber – Lei nº 12.783/2013 tiveram uma variação negativa de 66,10% entre os anos de 2012, 2013 e 2014, conforme demonstrados no quadro abaixo. Essa variação se deveu a seguintes fatores:

- aos recebimentos ocorridos nos anos de 2013 e 2014 de parte dos valores registrados em 31/12/2012, conforme previsto para serem recebidos mensalmente até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria;
- aos acréscimos da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão;
- da atualização pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até data do seu efetivo pagamento.

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Anterior	2.709.735	7.456.516	-
Indenização	-	-	7.253.286
Valores Recebidos	(1.041.875)	(5.089.452)	-
Atualização	425.672	342.671	203.230
	2.093.532	2.709.735	7.456.516
Circulante	1.605.710	1.254.584	4.736.747
Não-Circulante	487.822	1.455.151	2.719.769
	2.093.532	2.709.735	7.456.516

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante apresentou uma redução de 22,47%, passando de R\$ 7.229.713 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 5.605.080 mil em 31 de dezembro de 2014. As principais variações foram:

Realizável a Longo Prazo

Valores a Receber – Lei nº 12.783/2013

Redução de 66,48% em direitos de recebimento de indenização, de R\$ 1.455.151 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 487.822 mil em 31 de dezembro de 2014, além das razões mencionadas acima, também pela transferência de parcelas a receber para o ativo circulante.

Tributos e contribuições sociais

Redução de 92,20% entre os anos de 2013 e 2014, passando de R\$ 2.110.186 mil para R\$ 164.588 mil, decorrente da reversão dos créditos fiscais diferidos relativos ao Imposto de



Renda e da Contribuição Social, em razão de em 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios a empresa ter apresentado prejuízos fiscais.

Investimentos

A conta de Investimentos apresentou um crescimento de participação no Ativo Total da empresa bastante significativo, sendo 12,70%, em 2012, 18,63%, em 2013 e 26,74% em 2014, decorrente de aumentos de capital realizados em Sociedades de Propósito Específico, que atingiram os montantes de R\$ 817.456 mil em 2012, R\$ 915.680 mil em 2013 e R\$ 1.138.298 mil em 2014.

Imobilizado

Redução de 22,02% no imobilizado entre os anos de 2013 e 2014, passando de R\$ 1.602.600 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.249.718 mil em 31 de dezembro de 2014, refletido, em parte, pelo teste de impairment registrado de R\$ 111.515 mil referente a Usina Casa Nova.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

O saldo do passivo circulante aumentou em 0,18%, passando de R\$ 1.386.507 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.389.057 mil em 31 de dezembro de 2014. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

Financiamentos e Empréstimos

Aumento de 316,03% na conta de financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 60.192 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 250.414 mil em 31 de dezembro de 2014 decorrente da contratação de empréstimos perante a Caixa Econômica Federal para constituição de capital de giro e com o Banco do Brasil para fazer face a provisão de fundos da conta corrente de depósitos.

Remuneração aos Acionistas

Não houve contabilização de dividendos a pagar nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, em função dos prejuízos acumulados a partir de 2012.

Incentivo ao Desligamento - PIDV

A provisão realizada na conta de Incentivo ao Desligamento – PIDV, que representou no ano de 2014, 0,27% do Passivo Total, refere-se ao programa de incentivo ao desligamento de empregados realizado em 2013. Para fazer face aos gastos com os incentivos financeiros, bem como, com o plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, que será pago pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, para os desligamentos ocorridos nos anos de 2013 e 2014, a Companhia possui registrado, no exercício de 2014 o montante de R\$ 132.855 mil (R\$ 166.189 mil, em 2013), sendo R\$ 39.826 no circulante.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo do passivo não circulante apresentou redução de 10,56%, passando de R\$ 4.441.831 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 3.972.772 mil em 31 de dezembro de 2014. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:



Financiamentos e Empréstimos

Aumento de 20,88% na rubrica de financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 791.819 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 957.153 em 31 de dezembro de 2014, decorrente da contratação de novos empréstimos com a Caixa Econômica Federal.

Provisões para Contingências

Aumento de 5,56% na conta de provisões para contingências, passando de R\$ 1.404.872 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.482.916 mil em 31 de dezembro de 2014, Esta variação é decorrente, principalmente, de registro de novos processos judiciais cíveis e atualização de processos existentes.

Provisão Contrato Oneroso

Redução de 92,0% na rubrica de provisão contrato oneroso, passando de R\$ 1.434.251 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 114.724 mil em 31 de dezembro de 2014, decorrente de teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos superiores aos custos necessários para satisfazerem suas obrigações. A variação ocorrida foi decorrente da reversão integral de provisões constituídas na Usina de Itaparica (R\$ 863.146 mil), no contrato de compra de energia de Jirau (R\$ 303.988 mil) e reversão parcial referente a Usina de Camaçari (R\$ 267.117 mil, em 2013; passando para R\$ 91.122, em 2014), proveniente de decisão do órgão regulador, Aneel, pela redução do montante de uso do sistema de transmissão - MUST.

Ao final de cada exercício, as Demonstrações da Companhia apresentaram as seguintes provisões:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Camaçari	91.122	267.117	357.043
Itaparica	-	863.146	1.018.534
Jirau	-	303.988	711.375
Complexo Paulo Afonso	-	-	34.107
Contrato de transmissão nº 061/2001	-	-	84.139
Compra de energia	-	-	98.358
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	7.397	-	-
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	5.006	-	-
Linha de transmissão - Irecê/Morro do Chapéu	625	-	-
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	7.657	-	-
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	2.917	-	-
Total	114.724	1.434.251	2.303.556

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou redução de 15,76%, passando de R\$ 11.305.915 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 9.523.869 mil em 31 de dezembro de 2014, em decorrência do resultado negativo apurado no montante de R\$ 1.117.938 mil, elevando os prejuízos acumulados, que eram de R\$ 2.658.880 mil em 2013, e passou para R\$ 3.776.818 mil em 2014. Além destes, houve variação negativa de R\$ 664.157 mil de Outros Resultados Abrangentes (ganho de R\$ 100.522 mil em 2013), decorrente principalmente da reversão de créditos tributários e ajuste atuarial de benefícios pós-emprego.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2014	2013	2012	2014 x 2013	2013 x 2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.210.011	4.787.434	7.001.404	100,00	100,00	100,00	(12,06)	(31,62)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(646.576)	(688.951)	(1.005.376)	(15,36)	(14,39)	(14,36)	(6,15)	(31,47)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.563.435	4.098.483	5.996.028	84,64	85,61	85,64	(13,05)	(31,65)
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(620.038)	(682.356)	(19.058)	(14,73)	(14,25)	(0,27)	(9,13)	3.480,42
Encargos de uso da rede elétrica	(732.110)	(796.324)	(867.885)	(17,39)	(16,63)	(12,40)	(8,06)	(8,25)
Custo de operação								
Pessoal, material e serviços de terceiros	(417.364)	(404.274)	(407.887)	(9,91)	(8,44)	(5,83)	3,24	(0,89)
Combustíveis para a produção de energia	(362.811)	(730.443)	(2.522)	(8,62)	(15,26)	(0,04)	(50,33)	28.862,85
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(12.055)	(19.504)	(240.074)	(0,29)	(0,41)	(3,43)	(38,19)	(91,88)
Depreciação e amortização	(36.359)	(37.702)	(339.815)	(0,86)	(0,79)	(4,85)	(3,56)	(88,91)
Provisão (reversão) contrato oneroso	1.319.527	869.305	(711.375)	31,34	18,16	(10,16)	51,79	-
Outros	51.107	30.939	12.942	1,21	0,65	0,18	65,19	139,06
	(810.103)	(1.770.359)	(2.575.674)	(19,24)	(36,98)	(36,79)	(54,24)	(31,27)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A	(1.887)	(1.308)	(5.371)	(0,04)	(0,03)	(0,08)	44,27	(75,65)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(984.827)	(939.590)	(603.420)	(23,39)	(19,63)	(8,62)	4,81	55,71
LUCRO BRUTO	1.766.618	1.387.226	2.811.563	41,96	28,98	40,16	27,35	(50,66)
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.587.572)	(2.597.709)	(1.278.418)	(37,71)	(54,26)	(18,26)	(38,89)	103,20
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA	179.046	(1.210.483)	1.533.145	4,25	(25,28)	21,90	(114,79)	(178,95)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA	(168.718)	65.378	46.521	(4,01)	1,37	0,66	(358,07)	40,53
RESULTADO FINANCEIRO	649.730	416.247	216.261	15,43	8,69	3,09	56,09	92,47
Resultado Operacional antes da Lei nº	660.058	(728.858)	1.795.927	15,68	(15,22)	25,65	(190,56)	(140,58)
Efeitos da Lei nº 12.783/13	-	-	(8.245.242)	-	-	(117,77)	-	(100,00)
Resultado Operacional	660.058	(728.858)	(6.449.315)	15,68	(15,22)	(92,11)	(190,56)	(88,70)
Imposto de renda e contribuição social	(29)	-	-	(0,00)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.777.967)	262.792	1.108.003	(42,23)	5,49	15,83	(776,57)	(76,28)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO	(1.117.938)	(466.066)	(5.341.312)	(26,55)	(9,74)	(76,29)	139,87	(91,27)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(20,00)	(8,34)	(95,54)					

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2 deste Formulário de Referência.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

a. resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas Operacionais

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição e consumidores livres e são registradas com base na produção



remetida às taxas especificadas pelos termos contratuais ou os índices reguladores vigentes. Essas receitas remuneram a construção, operação e a manutenção das usinas de geração. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança na estruturação da receita, passando a abranger apenas as receitas de operação e manutenção das usinas de geração.

As receitas da atividade de **TRANSMISSÃO** derivam da construção da infraestrutura de linhas de transmissão pela Chesf, bem como da operação e manutenção destas linhas para transmissão de energia elétrica para concessionárias distribuidoras de energia elétrica. As receitas recebidas de outras concessionárias que utilizam a rede básica de transmissão da Chesf são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados às outras concessionárias. O preço cobrado nesta atividade é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A Chesf, enquanto transmissora de energia elétrica, não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. Para concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança na estruturação da receita, passando a abranger apenas as receitas de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.

Deduções da Receita Operacional

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela ANEEL, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei n.º 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Chesf foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro e a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, objeto da Medida Provisória n.º 579/2012, posteriormente convertida na Lei n.º 12.783/2013, cujo objetivo foi a redução dos preços da energia para os consumidores em geral, o que trouxe uma forte queda de receitas fixas de geração e transmissão.



Cenário Econômico:

Condições Macroeconômicas Brasileiras

A Chesf é afetada pelas condições da economia brasileira. O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por uma desaceleração, aliada à retração da indústria, alta na inflação e à baixa taxa de investimentos.

Em 2012, o PIB apresentou crescimento de 0,9%, apesar da crise financeira internacional, tendo o menor superávit na balança comercial em 10 anos. O IPCA correspondeu a 5,84%, influenciado principalmente por fatores internos. Internamente, os preços de alimentos e bebidas exerceram pressão relevante sobre o índice de inflação.

Em 2013, o PIB apresentou aumento de 2,3%, apesar da pressão crescente sobre os países emergentes. O IPCA apresentou o valor máximo de 5,9%, influenciado principalmente por fatores internos, tais como os preços de alimentos, bebidas e transporte. Quanto à política monetária, frente ao aumento da pressão inflacionária, o Banco Central aumentou progressivamente a taxa Selic a partir de abril de 2012, aumentando a taxa Selic em 37,93% ao longo do ano; de 7,25% em 01 de janeiro de 2013; e depois para 10,00% em 31 de dezembro de 2013.

Em 2014, na primeira reunião do Copom, realizada em 15 de janeiro de 2014, a meta Selic atingiu 10,50%, alcançando 11,75%, em 31 de dezembro de 2014. A divulgação do PIB do 4º trimestre de 2014 sofreu um atraso por parte do IBGE. Segundo este, a previsão é de que o resultado seja conhecido em 27 de março de 2015. Já o IPCA divulgado atingiu 6,41%, refletindo a maior inflação dos últimos três anos, apesar de estar abaixo do teto da meta estabelecido pelo governo de 6,50%, permaneceu acima da meta de 4,50% fixada pelo Conselho Monetário Nacional, influenciado principalmente pelas tarifas de energia elétrica e alimentos mais caros.

Apesar das medidas adotadas pelo Governo para aquecer a economia, estas não foram suficientes para alavancar o PIB brasileiro, ficando a economia brasileira marcada com um desempenho menos expressivo no consumo, queda da produção industrial, redução do nível de investimento, deterioração da balança comercial e pressões inflacionárias.

Embora a economia esteja com baixa perspectiva de crescimento, no que tange às perspectivas do mercado de energia, as projeções divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica, nas regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 3,9% ao ano, para o período 2014-2023 (4,1% para 2013-2022). Esse desempenho está sustentado pela expansão das classes comercial (6,3% a.a), residencial (4,3% a.a) e industrial (3,5% a.a).

Receitas Fixas de Transmissão

As receitas da atividade de transmissão não oscilam com base no montante de energia elétrica transmitida, pois o Governo Federal estabelece uma receita fixa de transmissão a cada ano, que os consumidores finais devem pagar, e isto é repassado à Chesf e registrado como receita da atividade de transmissão. Assim, o lucro líquido da Companhia pode ser afetado pelo fato de que os custos neste setor não podem ser facilmente repassados para seus clientes.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos



realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2014, apenas 24,14% (41,04%, em 2013) dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não são indexados. No entanto, 75,83% (em 2014) e 58,91% (em 2013) destas obrigações são indexadas pelo CDI. Apenas 0,03% do endividamento total de R\$ 1.207.567 bilhões (em 2014), 0,05% e 0,11% (em 2013 e 2012, respectivamente), apresenta reajustes pelo IPCA.

Conseqüentemente, a exposição da Chesf a risco de inflação era de apenas R\$ 361 mil em 31 de dezembro de 2014. Cada variação de 1,0% no IPCA teria um impacto de R\$ 3,6 mil no resultado financeiro da Companhia. Variações na taxa de juros podem impactar a inflação e, portanto, pode indiretamente expor a Chesf a mudanças das taxas de juros que podem representar elevações no custo de seus financiamentos.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

No Ano de 2014, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões, contra um prejuízo de R\$ 466,1 milhões de 2013. Apesar da redução de 12,06% da Receita Operacional Bruta, a Companhia conseguiu reduzir 36,25% dos custos e despesas operacionais, tendo como destaque a reversão de contrato oneroso em 51,79%, o que contribuiu para a obtenção de um resultado operacional positivo de R\$ 660,1 milhões no exercício.

No Ano de 2013, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 466,1 milhões, contra um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões de 2012. Este prejuízo foi decorrente, principalmente, da variação negativa 44,7% na receita de fornecimento/suprimento de energia elétrica, causada pela redução no preço da energia em razão da renovação antecipada das concessões e do aumento de 19,0% dos custos e despesas operacionais, decorrentes principalmente do aumento nos gastos com pessoal da ordem de 78,5% em relação ao ano anterior, em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV.

No Ano de 2012, a Companhia obteve um prejuízo de R\$ 5.341,3 milhões, comparado ao lucro líquido de R\$ 1.554,1 milhões de 2011. Em contraste com esse prejuízo, a Companhia obteve a maior receita operacional bruta de sua história no montante de R\$ 7.001,4 milhões de reais, representando um crescimento de 16,1% em relação ao ano de 2011, enquanto que os encargos regulatórios e tributos cresceram em 10,1% e os custos e despesas operacionais em 32,6%. Considerando apenas esses números, é possível observar que esse resultado negativo não ocorreu devido a um desempenho operacional insatisfatório.

O fator decisivo para a ocorrência desse resultado ocorreu a partir da edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que estabeleceu as regras para a renovação antecipada das concessões do setor elétrico vincendas em 2015 e 2017, com o objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica a partir de janeiro de 2013.

Uma das regras estabeleceu que os ativos ainda não amortizados, seriam indenizados a preço de reposição. A utilização desse critério de indenização resultou na baixa de uma parcela significativa dos ativos como perda para o resultado. O efeito negativo no resultado da Companhia decorrente dessa Medida Provisória foi de R\$ 8.245,2 milhões. Sem esse efeito, o resultado operacional da Companhia antes dos impostos, corresponderia à R\$ 1.795,9 milhões de lucro.

Nos anos de 2014, 2013 e 2012, o que contribuiu significativamente para a melhoria do resultado financeiro da Companhia foi a atualização dos valores a receber referente às indenizações dos ativos objeto da renovação antecipada das concessões, nos valores de R\$ 425,7 milhões, R\$ 342,7 milhões e R\$ 203,2 milhões, respectivamente. Também contribuiu para o bom resultado financeiro em 2014, a receita de rendimentos de aplicação financeira, conforme demonstrados a seguir:

(R\$ milhões)

Receitas (despesas) financeiras	2014	2013	2012
Renda de aplicações financeiras	243,4	16,8	114,5
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	62,5	56,8	65,6
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(131,5)	(40,2)	(40,3)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(0,7)	(0,6)	(0,6)
Juros sobre remuneração aos acionistas	-	-	(70,1)
Atualização de valores a receber	425,7	342,7	203,2
Outras receitas (despesas) financeiras	50,3	40,7	(56,0)
(=) Resultado financeiro líquido	649,7	416,2	216,3

Em 2014, as rubricas que mais contribuíram para o resultado foi a redução de 42,87% nas despesas com pessoal, 50,33% com combustíveis para a produção de energia e 51,79% referente a reversão de contrato oneroso, no resultado obtido pela Companhia.

	31/12/2014			31/12/2013	31/12/2012	Análise Horizontal (%)	
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total	Total	2014 x 2013	2013 x 2012
Energia elétrica comprada para revenda	620.038	-	620.038	682.356	19.058	(9,13)	3.480,42
Encargos de uso da rede de transmissão	732.110	-	732.110	796.324	867.885	(8,06)	(8,25)
Custo de construção	984.827	-	984.827	939.590	603.420	4,81	55,71
Pessoal	319.709	549.691	869.400	1.521.820	852.540	(42,87)	78,50
Material	10.636	14.933	25.569	25.029	26.782	2,16	(6,55)
Combustíveis para a produção de energia	362.811	-	362.811	730.443	2.522	(50,33)	28.862,85
Serviços de terceiros	87.019	110.978	197.997	177.617	192.444	11,47	(7,70)
Depreciação e amortização	36.359	68.871	105.230	104.645	408.878	0,56	(74,41)
Comp. Fin. Pela utiliz. de recursos hídricos	12.055	-	12.055	19.504	240.074	(38,19)	(91,88)
Reversão contrato oneroso	(1.319.527)	-	(1.319.527)	(869.305)	711.375	51,79	(222,20)
Benefício pós-emprego	-	105.121	105.121	110.199	30.651	(4,61)	259,53
Arrendamentos e aluguéis	5.283	11.408	16.691	16.166	21.014	3,25	(23,07)
Tributos	46	12.150	12.196	4.709	4.988	158,99	(5,59)
Provisões para contingências	-	155.666	155.666	40.613	209.193	283,29	(80,59)
Provisão para impairment	-	443.197	443.197	620.274	-	(28,55)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	39.547	39.547	43.370	81.287	(8,81)	(46,65)
Perdas com clientes	-	17.385	17.385	9.794	26.591	77,51	(63,17)
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	(246.915)	(246.915)	246.915	-	(200,00)	-
Outras provisões operacionais	-	68.368	68.368	97.546	106.461	(29,91)	(8,37)
Outros	(54.549)	237.172	182.623	(8.643)	57.720	(2.212,96)	(114,97)
Total	1.796.817	1.587.572	3.384.389	5.308.966	4.462.883	(36,25)	18,96

A receita operacional bruta da Chesf, em 2014, atingiu o montante de R\$ 4.210,0 milhões, representando uma redução de 12,1% em relação aos R\$ 4.787,4 milhões de 2013. Tal resultado foi decorrente das seguintes variações: receitas de fornecimento/suprimento de energia elétrica (-9,7%); receita com operação e manutenção do sistema de transmissão (+19,1%); receita de construção (+4,8%); na comercialização de energia no mercado de curto prazo (-77,4%). A



variação negativa nas receitas de fornecimento/suprimento foi decorrente do fim de contratos no ACL com comercializadoras, diminuição no valor da MUST e redução das quotas. No que se refere à redução da receita de comercialização de energia no mercado de curto prazo, foi resultante da redução no lastro, do aumento da PLD e da redução na geração de Camaçari. No período 2010 a 2014, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -8,6%.

Os **tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 646,6 milhões no ano de 2014 (-6,2% em relação a 2013). Deste total, R\$ 390,5 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (-5,0% em relação a 2013) e R\$ 256,1 milhões a encargos regulatórios (-7,9% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período 2010 a 2014 foi de -7,2%.

A **receita operacional líquida (ROL)**, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou diminuição de 13,1% (-R\$ 535,0 milhões) em relação à obtida no ano de 2013. A ROL foi de R\$ 3.563,4 milhões em 2014 contra R\$ 4.098,5 milhões em 2013. De 2010 a 2014, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -8,8%.

Os **custos e despesas operacionais** somaram R\$ 3.384,4 milhões em 2014, -36,3% em relação ao ano anterior. Esta redução reflete, principalmente, as seguintes variações: -42,8% nas rubricas custos e despesas com pessoal, em razão do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV realizado em 2013; -50,3% em combustíveis para produção de energia em decorrência da redução na geração térmica de Camaçari; -28,6% em provisão/reversão impairment e uma variação de R\$ 493,8 milhões em provisão/reversão para perdas na realização de investimento em função das resoluções 642 e 643 da Aneel. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +4,5%, no período 2010 a 2014.

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o **resultado do serviço (EBIT)**, foi de R\$ 179,0 milhões, apresentando um crescimento de 114,8% em relação ao montante de R\$ 1.210,5 milhões, negativo, obtido em 2013. Com este resultado, a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de -29,5% em 2013, para 5,0% em 2014, uma variação de 34,5 pontos percentuais.

No ano de 2014, os **investimentos** para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 1.238 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 159 milhões em geração de energia; R\$ 907 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 75 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 97 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período 2010 a 2014, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 8,0%.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA foi de R\$ -72,1 milhões, em 2014, como também, em 2013 foi negativa em 356,4 milhões. A margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida) é de -2,0%, ante a -8,7% obtida em 2013, representando uma variação de 6,7 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** pela Companhia em 2014 foi de R\$ 2.259,4 milhões, contra R\$ 1.493,1 milhões gerados em 2013, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (32,3%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (109,2%); juros aos financiadores (8,0%); e prejuízo aos acionistas (-49,5%).

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.



b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica. No entanto, durante o exercício de 2014, a Companhia adquiriu o controle sobre as SPEs do Complexo Eólico Pindaí I e do Complexo Eólico Pindaí II, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Sequoia Capital Ltda. nos referidos empreendimentos.

Conforme o estabelecido no acordo de acionistas destas SPEs, em 29/10/2014 a Companhia integralizou o capital subscrito e não integralizado pelo Sócio Sequoia Capital Ltda, tornando-se controladora, passando de um percentual de participação de 49,0% para mais 99,0% do capital social de cada SPE, e com direito a maioria dos membros do Conselho de Administração. Apesar de a Companhia ter adquirido o controle do negócio, mediante esta operação, não houve pagamento de contraprestação, ou qualquer prêmio para aquisição de controle, sendo o valor da operação de aquisição correspondente ao valor patrimonial das ações subscritas e não integralizadas pelo Sócio.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia, nos investimentos em SPEs totalizaram R\$ 852,0 milhões em 2012, R\$ 1.181,9 milhões em 2013, e R\$ 1.477,6 milhões em 2014.

As Sociedades de Propósito Específico, nas quais a Companhia tem participação, encontram-se discriminadas a seguir:

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição/Aquisição
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	49,00%	27/10/2003
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	20/12/2005
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	03/04/2007
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	22/04/2008
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008
Manaus Construtora Ltda	19,50%	30/01/2009
ESBR Participações Ltda	20,00%	12/02/2009
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	12/01/2010
Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010
Pedra Branca S.A.	49,00%	07/10/2010
São Pedro do Lago S.A.	49,00%	07/10/2010
Sete Gameleiras S.A.	49,00%	07/10/2010
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	07/07/2011
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	49,00%	14/03/2012
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	49,00%	15/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,00%	12/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,00%	13/03/2012
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Companhia Energética SINOP S.A	24,50%	28/10/2013
Acauã Energia S.A	99,93%	14/11/2013
Angical 2 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Arapapá Energia S.A	99,90%	14/11/2013
Caititu 2 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Caititu 3 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Carcará Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Corrupião 3 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Teiú 2 Energia S.A	99,95%	14/11/2013
Baraúnas I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Mussambê Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Morro Branco I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A	49,00%	22/11/2013
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Baraúnas II Energética S.A	49,00%	26/12/2013
Banda de Couro Energética S.A	49,00%	26/12/2013
Eólica Serra das Vacas III S.A	49,00%	17/01/2014
Eólica Serra das Vacas IV S.A	49,00%	17/01/2014
Coqueirinho 2 Energia S.A	99,98%	03/02/2014
Papagaio Energia S.A	99,96%	03/02/2014
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A	49,00%	03/02/2014
Eólica Serra das Vacas I S.A	49,00%	21/02/2014
Eólica Serra das Vacas II S.A	49,00%	21/02/2014



O saldo contábil dos investimentos em SPE ao término dos três últimos exercícios foram os seguintes:

	R\$ mil		
Participações Societárias	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	163.434	195.154	188.861
Energética Águas da Pedra S.A.	89.580	92.842	86.707
Integração Transmissora de Energia S.A.	41.064	38.152	35.646
Manaus Transmissora de Energia S.A.	215.793	207.038	187.758
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	444.155	371.044	274.366
ESBR Participações S.A.	1.453.682	1.376.070	939.825
Manaus Construtora Ltda	4.724	3.533	15.410
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	28.013	49.829	45.183
Norte Energia S.A.	804.066	631.824	409.824
Sete Gameleiras S.A.	20.799	20.243	19.810
São Pedro do Lago S.A.	16.268	15.118	14.098
Pedra Branca S.A.	14.256	14.096	13.504
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	181.526	98.659	14.956
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	7.180	1.505	53
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	18.824	5.193	106
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	19.087	5.285	111
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	20.976	5.280	114
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	14.106	3.399	67
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	16.904	7.690	-
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	16.185	7.690	-
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	14.890	7.690	-
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	18.711	7.690	-
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	16.498	7.690	-
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	18.505	7.690	-
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	17.364	7.690	-
Baraúnas I Energética S.A	(27)	-	-
Baraúnas II Energética S.A	615	-	-
Mussambê Energética S.A	19.955	-	-
Morro Branco I Energética S.A	15.549	-	-
Eólica Serra das Vacas I S.A.	14.925	-	-
Eólica Serra das Vacas II S.A.	14.405	-	-
Eólica Serra das Vacas III S.A.	14.023	-	-
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	14.524	-	-
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A	17.774	-	-
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A	20.000	-	-
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	16.926	-	-
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A	17.774	-	-
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A	17.774	-	-
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A	17.774	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	87.047	-	-
Acauã Energia S.A	7.674	-	-
Angical 2 Energia S.A	12.722	-	-
Arapapá Energia S.A	5.123	-	-
Caititu 2 Energia S.A	12.722	-	-
Caititu 3 Energia S.A	12.722	-	-
Carcará Energia S.A	11.996	-	-
Corrupião 3 Energia S.A	12.722	-	-
Teiú 2 Energia S.A	10.185	-	-
Coqueirinho 2 Energia S.A	21.415	-	-
Papagaio Energia S.A	13.375	-	-
Tamanduá Mirim 2Energia S.A	10.435	-	-
Banda de Couro Energética S.A	961	-	-
	4.097.680	3.188.094	2.246.399



c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2014, bem como com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia, em 31/12/2014, apresentou as suas Demonstrações Financeiras de forma consolidada, visto que a partir de 29/10/2014 passou a exercer o controle das Sociedades de Propósito Específico componentes dos Complexos Eólicos Pindaí I e Pindaí II.

A partir do exercício de 2013, com base nas modificações introduzidas no pronunciamento contábil CPC 19 (R2), de 23 de novembro de 2012, os investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto passaram a ser refletidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, tão somente, por meio do método da equivalência patrimonial não mais apresentando as Demonstrações Financeiras pelo critério de consolidação proporcional.

No procedimento anterior, os saldos das contas contábeis das empresas controladas em conjunto eram refletidos de forma proporcional nas respectivas contas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Chesf. Com o novo procedimento, sem a consolidação proporcional, esses efeitos passaram a ser refletidos em uma conta patrimonial representativa do referido investimento, e, no resultado, nas contas de ganhos ou de perdas de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das empresas controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a coexistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Até 31 de dezembro de 2012, a Chesf divulgava as suas Demonstrações Financeiras de forma consolidada, realizando a consolidação proporcional em conformidade com o que estabelecia o pronunciamento contábil CPC 19(R1), de 20 de junho de 2011, devido ao fato de possuir investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto. Para efeito de comparação retrospectiva de suas Demonstrações Financeiras, a companhia ajustou os saldos iniciais das contas patrimoniais como se a nova política contábil tivesse sempre sido adotada nos exercícios anteriores, procedimento este, em conformidade com o que preceitua o Pronunciamento Contábil CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Apresentamos a seguir, tabela demonstrativa desses efeitos:

Balço Patrimonial	31 de dezembro de 2012			01 de janeiro de 2012		
	Saldo original com consolidaço proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidaço proporcional	Saldo original com consolidaço proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidaço proporcional
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	427.647	(332.902)	94.745	564.024	(295.386)	268.638
Títulos e valores mobiliários	319.923	(90.905)	229.018	917.439	-	917.439
Clientes	741.615	(6.805)	734.810	752.450	(7.173)	745.277
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	4.736.747	-	4.736.747	-	-	-
Tributos e contribuiçoes a sociais	200.041	(22.533)	177.508	21.964	(9.066)	12.898
Cauçoes e depósitos vinculados	13.653	(2.650)	11.003	36.297	(25.294)	11.003
Almoxarifado	85.380	-	85.380	85.098	-	85.098
Ativo financeiro - concessões de serviço público	199.991	(122.968)	77.023	332.222	(73.767)	258.455
Outros	211.016	(35.654)	175.362	204.381	(14.647)	189.734
	6.936.013	(614.417)	6.321.596	2.913.875	(425.333)	2.488.542
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Clientes	19.571	-	19.571	-	-	-
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	2.719.769	-	2.719.769	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.463	(155)	4.308	5.173	-	5.173
Tributos e contribuiçoes sociais	1.992.800	(135.502)	1.857.298	660.150	(93.847)	566.303
Cauçoes e depósitos vinculados	490.065	(7.271)	482.794	302.423	(6.638)	295.785
Ativo financeiro - concessões de serviço público	4.091.985	(1.492.280)	2.599.705	6.768.014	(954.488)	5.813.526
Outros	54.812	3.094	57.906	53.888	(13.191)	40.697
	9.373.465	(1.632.114)	7.741.351	7.789.648	(1.068.164)	6.721.484
Investimentos	90.764	2.159.692	2.250.456	79.516	1.329.182	1.408.698
Imobilizado	5.086.435	(3.715.041)	1.371.394	13.263.521	(2.089.654)	11.173.867
Intangível	77.258	(47.800)	29.458	72.124	(42.558)	29.566
	14.627.922	(3.235.263)	11.392.659	21.204.809	(1.871.194)	19.333.615
TOTAL DO ATIVO	21.563.935	(3.849.680)	17.714.255	24.118.684	(2.296.527)	21.822.157

	31 de dezembro de 2012			01 de janeiro de 2012		
	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	557.832	(236.103)	321.729	562.558	(191.770)	370.788
Tributos e contribuições a sociais	185.296	(69.401)	115.895	231.765	(10.769)	220.996
Financiamentos e empréstimos	976.650	(905.633)	71.017	778.842	(449.143)	329.699
Debêntures	-	-	-	105.492	(105.492)	-
Remuneração aos acionistas	41	-	41	299.328	-	299.328
Obrigações estimadas	136.942	(2.155)	134.787	127.019	(576)	126.443
Benefícios pós-emprego	2.523	-	2.523	109.063	-	109.063
Outras provisões operacionais	106.461	-	106.461	102.451	-	102.451
Encargos setoriais	203.584	(2.176)	201.408	164.385	(1.831)	162.554
Outros	79.156	(11.367)	67.789	83.292	(5.975)	77.317
	2.248.485	(1.226.835)	1.021.650	2.564.195	(765.556)	1.798.639
NÃO CIRCULANTE						
Tributos e contribuições a sociais	134.070	(66.273)	67.797	110.016	(28.903)	81.113
Financiamentos e empréstimos	2.887.198	(2.489.111)	398.087	1.915.691	(1.453.542)	462.149
Benefícios pós-emprego	705.788	-	705.788	272.497	-	272.497
Encargos setoriais	151.718	-	151.718	167.190	-	167.190
Provisões para contingências	1.389.660	(975)	1.388.685	924.508	(959)	923.549
Provisão contrato oneroso	2.303.556	-	2.303.556	-	-	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	45.509	(45.509)	-	41.641	(41.641)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.293.000	-	1.293.000
Debêntures	12.364	(12.364)	-	-	-	-
Outros	14.128	(8.613)	5.515	11.308	(5.926)	5.382
	7.643.991	(2.622.845)	5.021.146	4.735.851	(1.530.971)	3.204.880
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	9.753.953	-	9.753.953	7.720.760	-	7.720.760
Reservas de capital	4.916.199	-	4.916.199	4.916.199	-	4.916.199
Reservas de lucros	-	-	-	3.841.698	-	3.841.698
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	897.877	-	897.877
Outros resultados abrangentes	(805.879)	-	(805.879)	(557.896)	-	(557.896)
Prejuízo acumulado	(2.192.814)	-	(2.192.814)	-	-	-
	11.671.459	-	11.671.459	16.818.638	-	16.818.638
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.563.935	(3.849.680)	17.714.255	24.118.684	(2.296.527)	21.822.157

Demonstração do Resultado do Exercício	31 de dezembro de 2012		
	Saldo original com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.660.383	(664.355)	5.996.028
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(19.058)	-	(19.058)
Encargos de uso da rede de transmissão	(867.885)	-	(867.885)
Custo de operação			
Pessoal, material e serviços de terceiros	(413.493)	5.606	(407.887)
Combustíveis para a produção de energia	(2.522)	-	(2.522)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(240.074)	-	(240.074)
Depreciação e amortização	(339.877)	62	(339.815)
Provisão (Reversão) Contrato Oneroso	(711.375)	-	(711.375)
Outros	10.743	2.199	12.942
	(2.583.541)	7.867	(2.575.674)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(5.408)	37	(5.371)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(1.132.025)	528.605	(603.420)
LUCRO BRUTO	2.939.409	(127.846)	2.811.563
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.299.451)	21.033	(1.278.418)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.639.958	(106.813)	1.533.145
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14.524	31.997	46.521
RESULTADO FINANCEIRO	175.420	40.841	216.261
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS IMPOSTOS	1.829.902	(33.975)	1.795.927
Efeitos da Lei nº 12.783/2013	(8.245.242)	-	(8.245.242)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI Nº 12.783/2013	(6.415.340)	(33.975)	(6.449.315)
Imposto de renda e contribuição social	1.074.028	33.975	1.108.003
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.341.312)	-	(5.341.312)
Prejuízo básico por ação (em reais)	(95,54)	-	(95,54)

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, datado de 26 de março de 2015, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas. Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, montam a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram



determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Nossa conclusão não contém ressalvas em função desse assunto.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 28.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A. e Manaus Transmissora S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Piauí I e Complexo Eólico Piauí II, nas quais a Companhia participa com 20%, 19,5% e ambas 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2014, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 943.137 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17.a), em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia e/ou suas investidas no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato”, a administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas demonstrações financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação “Lava Jato” ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.”

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Valores a receber sujeitos a aprovação do regulador”**, a Diretoria entende que a Companhia será indenizada dos valores relativos aos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente.

A Companhia em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à ANEEL é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à ANEEL é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela ANEEL, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “*Continuidade operacional de empresas investidas*”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “*Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*”, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigações dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de joint ventures e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “**Lei Anticorrupção Brasileira**”.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, datado de 26 de março de 2014, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega à ANEEL que terá 150 dias para se manifestar.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, a Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, estabeleceu que as empresas deveriam se manifestar sobre o interesse em receber a indenização até 31 de dezembro de 2013, e a partir da manifestação, estas possuem 180 dias para submeter à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. A Companhia se manifestou dentro do prazo estabelecido pela ANEEL.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2.3, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais”**, a Diretoria entende que as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes às demonstrações financeiras separadas divergem das práticas constantes nas Normas Internacionais emitidas pelo IFRS no tocante a avaliação dos investimentos em controladas em conjunto e coligadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil preveem que estes investimentos sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Já as práticas previstas nas normas internacionais emitidas pelo IFRS preveem que estes investimentos sejam avaliados pelo método de custo ou valor justo.

Os diretores da Companhia entendem que esta diferença entre a prática adotada no Brasil e a prática disposta nas normas internacionais emitidas pelo IFRS não traz impacto relevante na apresentação das Demonstrações Financeiras.

Quanto aos parágrafos de ênfase acima, referente aos **“Impactos da Lei 12.783/2013”**, a Diretoria entende que a Companhia será ressarcida dos valores dos ativos de transmissão e



geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente, observado, porém, que o referido ressarcimento, depende da homologação final do poder concedente.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589/2013, decorrente da audiência pública 101/2013, estabeleceu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição dos Ativos existentes em 31/05/2000 considerados não depreciados (RBSE e RPC) para fins de indenização às concessionárias de transmissão e, no âmbito de geração, a Resolução Normativa nº 596/2013, o fez, como resultado da Audiência Pública nº 092/2013. No entanto, os cálculos das indenizações ainda serão homologados pela ANEEL.

Com relação a geração, a Diretoria da ANEEL, no mês de junho de 2013, determinou nova alteração de prazo para apresentação dos documentos relativos à comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados e não indenizados, fixando-o para até no máximo 31 de dezembro de 2015.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, datado de 26 de março de 2013, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.



Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, devem ser submetidas à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4.21, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.”

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente a **“Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais”**, a Diretoria entende que as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes às demonstrações financeiras separadas divergem das práticas constantes nas Normas Internacionais emitidas pelo IFRS no tocante a avaliação dos investimentos em controladas em conjunto e coligadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil preveem que estes investimentos sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Já as práticas previstas nas normas internacionais emitidas pelo IFRS preveem que estes investimentos sejam avaliados pelo método de custo ou valor justo.

Os diretores da Companhia entendem que esta diferença entre a prática adotada no Brasil e a prática disposta nas normas internacionais emitidas pelo IFRS não traz impacto relevante na apresentação das Demonstrações Financeiras.

Quanto aos parágrafos de ênfase acima, referente aos **“Impactos da Lei 12.783/2013”**, a Diretoria entende que a Companhia será ressarcida dos valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente, observado, porém, que o referido ressarcimento, depende da homologação final do poder concedente.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589/2013, decorrente da audiência pública 101/2013, estabeleceu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição dos Ativos existentes em 31/05/2000 considerados não depreciados (RBSE e RPC) para fins de indenização às concessionárias de transmissão e, no âmbito de geração, a Resolução Normativa nº 596/2013, o fez, como resultado da Audiência Pública nº 092/2013. No entanto, os cálculos das indenizações ainda serão homologados pela ANEEL.

Com relação a geração, a Diretoria da ANEEL, no mês de junho de 2014, determinou nova alteração de prazo para apresentação dos documentos relativos à comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados e não indenizados, fixando-o para até no máximo 31 de dezembro de 2015.

10.5. Políticas contábeis críticas

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras, a Companhia adotou estimativas e premissas baseadas na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** – são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas

diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados e deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- **Provisões** – São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.
As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Contratos onerosos** – obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura de energia é o PLD médio histórico, aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.

- **Valor recuperável de ativos de longa duração** – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.
- **Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público** - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço

público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.

- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel no 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução no 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- **Combinação de negócios** – Os ativos adquiridos e passivos assumidos devem ser mensurados ao valor justo na data da aquisição e a participação de acionistas não controladores pode ser mensurada ao valor justo. A avaliação destes ativos e passivos na data da aquisição requer o uso do julgamento sobre recuperação dos ativos, incluindo a estimativa dos fluxos de caixa futuros, valores de mercado, qualidade dos créditos, entre outros, e que podem divergir dos respectivos resultados reais.
- **Investimentos em controladas** – A Companhia detém o poder para determinar as políticas financeiras e operacionais das empresas controladas, possuindo participação em mais da metade do capital votante. As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a coexistência com as políticas adotadas pela Companhia. Em 31/12/2014, as empresas do Complexo Eólico Pindaí I e do Complexo Eólico Pindaí II são controladas pela Companhia, sendo suas informações financeiras apresentadas nas Demonstrações Financeiras por meio da consolidação.
- **Investimentos em coligadas** – A Companhia possui influência significativa, entretanto não se configura uma controlada nem como uma participação em empresa sob controle comum. Em 31/12/2014, a empresa Energética Águas da Pedra S.A. é coligada da Companhia, sendo suas informações financeiras reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.
- **Investimentos em controladas em conjunto** – A Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente, e que requer consentimento unânime nas decisões operacionais e estratégicas. Em 31/12/2014, a Companhia possui 41 empresas controladas em conjunto, sendo suas informações financeiras reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. Com base nesta avaliação, a Administração entende que, em 31 de dezembro de 2014, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações financeiras são eficazes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente



Os auditores independentes KPMG Auditores Independentes não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2014, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Plano de negócios:

a) Investimentos:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2014, teve seu Orçamento de Investimento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.952, de 20/01/2014, e revisado através da Medida Provisória nº 666, de 30/12/2014. A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

	R\$ mil
Descrição	Realização 2014
INFRAESTRUTURA	96.947
Manutenção de bens imóveis	17.130
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	27.705
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	52.112
GERAÇÃO	158.339
Manutenção sistema de geração de energia	98.569
Ciclo combinado da UTE Camaçari	160
Implantação de Parque Eólico Casa Nova I	57.336
Implantação de Parques Eólicos Futuros	2.169
Central Fotovoltaica em Petrolina	105
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	75.321
TRANSMISSÃO	907.033
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	418.833
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	341.432
Manutenção do sistema da transmissão	146.267
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	501
TOTAL GERAL	1.237.640

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2015, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA (aprovada pelo Congresso Nacional em 17/03/2015, e se encontra aguardando a sanção presidencial), o valor total de R\$ 1.876.889 mil, com as seguintes aplicações:

Descrição	Dotação Orçamentária 2015
INFRAESTRUTURA	150.633
Manutenção de bens imóveis	21.236
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	30.803
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	98.594
GERAÇÃO	375.041
Manutenção sistema de geração de energia	69.440
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	99.452
Implantação de Parques Eólicos Futuros	199.221
Implantação de parque solar em Petrolina	3.928
Ampliação da capacidade de geração da UHE Itaparica	1.000
Ampliação do sistema de geração de energia	1.000
Centrais Solares Futuras	1.000
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	52.629
TRANSMISSÃO	1.298.586
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	655.346
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	454.352
Manutenção do sistema da transmissão	182.902
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	5.986
TOTAL GERAL	1.876.889

A prospecção de novos negócios é parte da estratégia da Chesf de expandir seus sistemas de Geração e Transmissão.

No ano de 2014, a Companhia não participou nos leilões de novos empreendimentos de geração e de transmissão de energia promovidos pela Aneel.

No ano de 2013, a Companhia participou e obteve sucesso em diversos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

Empreendimentos Corporativos:

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 2 parques eólicos com 52 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- Casa Nova II
- Casa Nova III

Empreendimentos em Sociedade:

No Leilão de Energia Aneel nº 06/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Sinop, a ser construída no rio Teles Pires em Mato Grosso, num total de 400 MW, cuja participação da Chesf é de 24,5%.



No Leilão de Energia Aneel nº 05/2013 (LER), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 18 parques eólicos, sendo eles:

7 parques no Estado do Piauí, com 210 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana IX
- UEE Ventos de Santa Joana X
- UEE Ventos de Santa Joana XI
- UEE Ventos de Santa Joana XII
- UEE Ventos de Santa Joana XIII
- UEE Ventos de Santa Joana XV
- UEE Ventos de Santa Joana XVI

11 parques no Estado da Bahia, com 191,1 MW:

- UEE Baraúnas I
- UEE Mussambê
- UEE Morro Branco I
- UEE Acauã
- UEE Angical 2
- UEE Arapapá
- UEE Caititu 2
- UEE Caititu 3
- UEE Carcará
- UEE Corrupião 3
- UEE Teiú 2

No Leilão de Energia Aneel nº 09/2013 (A-3), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de 12 parques eólicos, sendo eles:

6 parques no Estado do Piauí, com 180 MW:

- UEE Ventos de Santa Joana I
- UEE Ventos de Santa Joana III
- UEE Ventos de Santa Joana IV
- UEE Ventos de Santa Joana V
- UEE Ventos de Santa Joana VII
- UEE Ventos de Santo Augusto IV

4 parques no Estado de Pernambuco, com 120 MW:

- UEE Serra das Vacas I
- UEE Serra das Vacas II
- UEE Serra das Vacas III
- UEE Serra das Vacas IV

2 parques no Estado da Bahia, com 38 MW:

- UEE Coqueirinho 2
- UEE Papagaio

No Leilão de Energia Aneel nº 10/2013 (A-5), a Chesf foi exitosa na comercialização de energia de mais 3 parques eólicos, com 75,3 MW, situados no Estado da Bahia, sendo eles:

- UEE Banda de Couro
- UEE Baraúnas II
- UEE Tamanduá Mirim 2



Em 2012, a Companhia participou e obteve sucesso nos leilões de novos empreendimentos, promovidos pela Aneel, relacionados a seguir:

- Leilão nº 002/2012, Lote D, objetivando a construção da LT Camaçari IV/Pirajá, CS, em 230 kV, com 45 km; LT Pituaçu/Pirajá, CS, em 230 kV, com 5 km; e a SE Pirajá, em 230/69 kV 360 MVA.
- Leilão nº 003/2012, Lote A, objetivando a construção da SE Mirueira II 230/69 kV 300 MVA; e SE Jaboatão II 230/69 kV 300 MVA;
- Leilão nº 003/2012, Lote B, objetivando a construção da LT Mossoró II/Mossoró IV, CS, em 230 kV, com 40 km; LT Ceará-Mirim II/Touros, CS, em 230 kV, com 56,2 km; LT Russas/Banabuiu C2, CS, com 110 km; e as respectivas entradas de linhas na SE Touros 230 kV e SE Mossoró IV 230 kV;
- Leilão nº 003/2012, Lote C, objetivando a construção da LT Igaporã II/Igaporã III C1, CS, em 230 kV, com 2 km; LT Igaporã II/Igaporã III C2, CS, em 230 kV, com 2 km; LT Igaporã III/Pindaí II, CS, em 230 kV, com 46 km; e as respectivas entradas de linhas na SE Igaporã III 500/230 kV 1.500 MVA e SE Pindaí II 230 kV;

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: recursos financeiros existentes decorrentes das indenizações, geração de caixa nas suas operações e por financiamentos contratados e a contratar.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento nem previsão para sua realização.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Apenas o descrito no item a).

c) novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

Informações relativas aos candidatos para o Conselho de Administração indicados pelos acionistas controladores

A eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2015.

São indicados para composição do Conselho de Administração: Armando Casado de Araújo, Antonio Varejão de Godoy, Marcelo Bruto da Costa Correia, Altino Ventura Filho, José Hollanda Cavalcanti Júnior, Virgínia Parente de Barros.

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016.

12.6. Informações pessoais dos membros do Conselho de Administração:

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Eleito pelo controlador
Armando Casado de Araujo	60	Administrador de Empresas	671.085.208-34	Presidente do Conselho de Administração	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Altino Ventura Filho	72	Engenheiro Elétrico	002.089.224-15	Membro do Conselho de Administração	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
José Hollanda Cavalcanti Júnior	53	Engenheiro Eletricista	352.836.294-49	Membro do Conselho de Administração	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Engenheiro Eletricista	Não – Eleito pelos empregados
Fernanda Cardoso Amado	33	Advogada	096.820.117-28	Membro do Conselho de Administração	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Virgínia Parente de Barros	55	Economista	289.703.221-91	Membro do Conselho de Administração	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Antonio Varejão de Godoy	52	Engenheiro Eletricista	353.308.644-53	Membro do Conselho de Administração	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Diretor-Presidente	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração:
a) Currículo:
Armando Casado de Araujo - Membro do Conselho de Administração

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais de Brasília, possui diversos cursos de Especialização na área Financeira e tem mais de 30 anos de experiência no setor elétrico nacional. Trabalha na Eletrobras desde junho de 2008 onde atualmente é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e já exerceu a função de Assistente e Substituto do Diretor Financeiro. Também atua como presidente do Conselho de Administração da Chesf. Foi representante da Eletrobras Eletronorte atuando como Presidente da Companhia Integração Transmissão de Energia S.A. entre 2006 e 2007. Foi funcionário da



subsidiária Eletrobras Eletronorte, em 1977, onde exerceu as funções de Superintendente de Orçamento, Superintendente Financeiro e Assistente do Diretor Financeiro.

Altino Ventura Filho - Membro do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com Pós-Graduação em Energia Nuclear pela Universidade de São Paulo - USP; Especialização em Administração pela UFPE; Especialização em Hidreletricidade pela "NEWJEC - The New Japan Engineering Consultants" - Osaka - Japão; Pós-Graduação em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; e Especialização em Planejamento Energético pelo "Institut National des Sciences et Techniques de Saclay" - Paris - França. É Membro do Conselho de Administração da Chesf desde abril de 2008; e no Ministério de Minas e Energia é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético desde março de 2008. É Consultor do Projeto "ESTAL-Energy Sector Technical e Loan" do Banco Mundial e do CEPEL. Atuou como Membro do Conselho de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Na Eletrobrás atuou como Presidente em 2002, Membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia e Secretário Executivo do Comitê Nacional de Planejamento, Coordenador Técnico Internacional do Subcomitê de Planejamento de Sistemas Elétricos da CIER, Chefe do Departamento de Estudos Energéticos, com atribuições de desenvolver e coordenar os estudos de planejamento da geração de energia elétrica em todo país, Chefe do Departamento de Geração e Chefe da Divisão de Planejamento da Geração. Na Itaipu Binacional atuou como Membro do Conselho de Administração, Diretor Técnico Executivo, responsável pelas áreas de operação, manutenção, engenharia e obra, acumulando a Presidência da Empresa, em 1998. Foi Membro dos Conselhos de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, da Companhia Energética do Piauí - Cepisa e da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro- CERJ.

Fernanda Cardoso Amado – Membro do Conselho de Administração

Graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes / RJ (2005). Pós-graduação Lato Sensu em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011) e especialização profissional em "Gestión del Suelo en Grandes Proyectos Urbanos", pelo Lincoln Institute of Land Policy - Cambridge, MA. Atualmente Chefe de Gabinete da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (MPOG). Exerceu anteriormente as funções de Coordenadora Geral-Substituta (MPOG), Chefe de Divisão (MPOG), Subsecretária Executiva e de Planejamento e Advogada da Prefeitura Municipal de Niterói. É membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

José Hollanda Cavalcanti Júnior - Membro do Conselho de Administração

Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica de Pernambuco (UPE) e em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ingressou na Chesf como Engenheiro Eletricista em 1987, exercendo esta função até hoje, atuando nas áreas de Manutenção (Subestações e Linhas de Transmissão) e na Operação. Eleito Membro do Conselho de Administração representante dos empregados pela 67ª AGO realizada em XX/04/2015.

Virgínia Parente de Barros - Membro do Conselho de Administração

Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Doutora em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Pós-Doutora em Energia com foco em regulação pela Universidade de São Paulo - USP. É presidente do Comitê Estratégico de Energia da Câmara de Comércio Brasil-EUA (AMCHAM) e membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), que reúne várias universidades e centros de pesquisa em energia. É Membro do Conselho de Administração da Chesf desde 2012. Experiência de mais de 12 anos como executiva no setor financeiro, atuando em bancos de investimento nacionais e internacionais, como Chemical Bank (atual JP Morgan Chase), BankBoston e Banco Votorantim, entre outros. Nos últimos anos, como professora concursada da USP, vem atuando em ensino, pesquisa e extensão, incluindo atividades de consultoria nas áreas de Finanças, Economia, Administração Pública e Regulação aplicadas a questões de energia, meio ambiente e política e segurança



energéticas. Não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas além da Eletrobras.

Antonio Varejão de Godoy - Membro do Conselho de Administração

Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e MBA em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Ingressou na Chesf como Engenheiro Eletricista em 1985, iniciando como Engenheiro responsável pela execução de vários Projetos Básicos de Subestações de Transmissão, tendo posteriormente ocupado os seguintes cargos na Chesf: (i) Gerente da Divisão de Projetos Básicos e Equipamentos de Subestações; (ii) Gerente do Departamento de Engenharia de Transmissão (DET); (iii) Gerente do Departamento de Projeto e Construção de Subestações (DSE); (iv) Engenheiro da Assessoria da Presidência, responsável pela Gestão dos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da Chesf; (v) Gerente do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos; (vi) Engenheiro da Assessoria da Superintendência de Projeto e Construção da Transmissão (SPT); (vii) Superintendente de Recursos Humanos da Chesf (SRH); (viii) Superintendente de Projetos e Construção da Transmissão (SPT). Na Eletrobras, ocupou o cargo de Gerente do Departamento de Desenvolvimento de Projetos Especiais, vinculado ao Programa de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) do Governo Federal no período 2002/2003. Professor Assistente em tempo parcial, concursado, do curso de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica – UPE de 1990 até hoje. Participante do Cigré desde 1998, exercendo atualmente a presidência do Cigré-Brasil. Eleito Diretor-Presidente da Chesf e Membro do Conselho de Administração em abril de 2014.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (itens a, b, c e d)

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até o segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si, e com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em sociedade controlada direta ou indiretamente.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Nome	Cargo/Função do Administrador	Nome empresarial da pessoa relacionada	Tipo de pessoa	CNPJ	Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Armando Casado de Araujo	Presidente do Conselho de Administração	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	Pessoa Jurídica	00.001.180/0001-26	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras	Subordinação	Controlador Direto
Altino Ventura Filho	Membro do Conselho de Administração	União Federal	Pessoa Jurídica	00.394.460/0001-41	Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia	Subordinação	Controlador Indireto
Fernanda Cardoso Amado	Membro do Conselho de Administração	União Federal	Pessoa Jurídica	00.394.460/0001-41	Chefe de Gabinete da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do MPOG	Subordinação	Controlador Indireto

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO 03

Informações relativas aos candidatos para o Conselho Fiscal indicados pelos acionistas controladores

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2015.

São indicados para composição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes: Antonio de Pádua Ferreira Passos (titular), Marcelo Cruz (titular), Pedro Gaudêncio de Castro (titular), Éride Machado Bueno Bomtempo (suplente), Marcos Spagnol (suplente), Pedro Paulo da Cunha (suplente).

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016.

12.6. Informações pessoais dos membros do Conselho Fiscal:

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Eleito pelo controlador
Antonio de Pádua Ferreira Passos	58	Servidor Público	121.595.901-00	Membro Titular do Conselho Fiscal	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Marcelo Cruz	49	Economista	316.297.171-34	Membro Titular do Conselho Fiscal	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Pedro Gaudêncio de Castro	84	Advogado	007.838.893-72	Membro Titular do Conselho Fiscal	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Éride Machado Bueno Bomtempo	50	Servidora Pública	279.613.031-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Marcos Spagnol	65	Engenheiro Elétrico	373.995.517-15	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim
Pedro Paulo da Cunha	52	Contador	813.693.957-87	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/15	29/04/15	Até a AGO 2016	Não exerce outro cargo na Companhia	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal:

a) Currículo:

Antonio de Pádua Ferreira Passos - Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela UDF. Possui cursos de aperfeiçoamento em Gestão da Dívida Pública – EaD pela ESAF; Economia do Setor Público pela George Washington University; e Finanças Internacionais e Introdução ao Mercado de Derivativos pelo IBMEC. É Coordenador-Geral de Controle da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional no Ministério da Fazenda e Conselheiro Fiscal Efetivo da Chesf desde 2012. Atuou como



Conselheiro Fiscal em Furnas Centrais Elétricas S/A entre 2008 e 2012; na Transportadora Gasoduto Brasil-Bolívia S/A - TBG entre 2004 e 2008; na ELETROBRÁS entre 1999 e 2004; na BNDESPAR em 1993 e 1994; na FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos em 1992 e 1993; e na Usiminas em 1991. Na Secretaria do Tesouro Nacional, cedido pelo Banco Central, exerceu os cargos de Chefe da Divisão de Responsabilidades Financeiras da COREF, Coordenador Adjunto da Coordenação de Assuntos Externos (COREX), Coordenador Geral da Coordenação de Controle da Dívida Pública (CODIV), Representante do Tesouro Nacional na equipe de negociação da dívida externa entre 1992 e 1994, e em diversas emissões de títulos brasileiros no mercado financeiro internacional. Também atuou como Analista do Banco Central do Brasil entre 1976 e 1988.

Marcelo Cruz – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Econômicas pela Faculdades Integradas da Católica de Brasília - DF, com MBA em e-GOV - Solução em Governo Eletrônico com utilização em WEB pela UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais, e nestBoston. É Assessor do Secretário-Executivo no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Substituto desse Ministério, onde também atuou como Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo até maio de 2003. Exerce a função de Membro Titular do Conselho Fiscal da Chesf. Já foi Membro do Conselho Fiscal da Chesf de abril de 2006 a abril de 2008. Foi Diretor Adjunto da Diretoria de Recursos Logísticos e Coordenador-Geral da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças na Casa Civil da Presidência da República; Diretor Geral, Diretor Administrativo, Assessor e Membro do Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Diretor-Geral na Imprensa Nacional; Assessor do Secretário-Executivo, atuando como Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas Internacionais no Ministério da Fazenda; Secretário adjunto, Coordenador-Geral de Programação Técnica e Logística, Coordenador-Geral Técnico-Processual Substituto e Chefe da Divisão de Administração, Orçamento e Finanças da Secretaria do Patrimônio da União; Assessor Pleno, Gerente de Expediente de Agência e Tesoureiro Geral no Banco do Brasil; Membro do Conselho Fiscal da Ceasa/AM; Presidente do Conselho Fiscal do Banespa Cartões; Membro Suplente do Conselho Fiscal do NOCACAP e Membro do Comitê Gestor de governo Eletrônico do Governo Federal.

Pedro Gaudêncio de Castro – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda - PE, com curso de Extensão em Administração pela Faculdade do Ceará. É Membro do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2008. Foi Diretor da Recebedoria de Rendas na Cidade de Floriano - PI; Diretor da Fazendas Reunidas Raymundo de Castro S.A.; Sócio-Gerente da Comercial Construtécnica Ltda; Presidente da Associação Comercial do Sul do Estado do Piauí; e Sócio na MJCASTRO - Administração e Corretora de Seguros Ltda.

Éride Machado Bueno Bomtempo - Membro Suplente do Conselho Fiscal

Graduada em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB) com especialização em Jornalismo. Formada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), cursando Pós-graduação nas áreas de Direito Administrativo e Revisão de Textos. É Coordenadora da Coordenação Geral de Gestão de Riscos Operacionais - COGER/STN - desde 2001. Trabalhou no Banco do Brasil entre 1993 e 1997 nas áreas de crédito, aplicações financeiras e câmbio. Entre 1990 e 1993, trabalhou na Fundação Hospitalar do Distrito Federal na área de concessão de aposentadorias, incluindo acompanhamento de processos oriundos do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Atuou na área de investimentos financeiros no Montrealbank S.A. em 1993. É Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2014.

Marcos Spagnol – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, com curso de Pós-Graduação em Administração para Desenvolvimento de Executivo pela Fundação Getúlio Vargas, e Pós-Graduação em Curso de Operação de Sistemas Hidrotérmicos "Sistema de Apoio a Decisão" pela Universidade de Campinas - Unicamp - SP. É Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2006. É Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEAL e



Suplente do Presidente do Conselho de Administração da ELETROS. É Chefe da Assessoria de Gestão aos Bens da União na Eletrobras desde outubro de 2008. Ainda na Eletrobras, exerceu as funções de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras, Assessoria ao Diretor de Projetos Especiais, Gestão da Conta de Combustíveis Térmicos das Regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e Isolados, bem como participou de Estudos de Estabilidade do Sistema Eletrobras e Estudos de Planejamento Energético do Sistema Eletrobras. Também atuou como Representante da Eletrobras no Conselho Fiscal do CEPREL até 2010. Foi Assistente da Diretoria de Projetos Especiais de maio de 2005 a outubro de 2008; Chefe do Departamento de Sistemas Isolados de 2003 a 2005; Chefe do Departamento de Estudos Energéticos de 2000 a 2003; e Chefe da Divisão de Estudos Energéticos de 1998 a 2000.

Pedro Paulo da Cunha – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Pós-Graduação em Especialização para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, MBA em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e atualmente cursa Mestrado em Gestão Empresarial na FGV. Exerce a função de Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf, assim como é Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento da Eletrobras, onde tem como atividades: Coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento do Sistema Eletrobras; é responsável pela negociação do orçamento do Sistema Eletrobras junto ao Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional; é responsável pela projeção e monitoramento do Fluxo de Caixa do Sistema Eletrobras, de médio e longo prazo; e coordenar a implantação do Plano de Negócios e Orçamento Empresarial da Eletrobras e de suas empresas. É Membro do Conselho Fiscal da Ceron desde 2005; Membro do Conselho Fiscal da Celpa desde 2005; e Membro do Conselho de Administração da Eletros desde 2007. Foi Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf de 2005 a 2008; Conselheiro Fiscal da Eletros de 2004 a 2005; Conselheiro Fiscal da Manaus Energia de 2003 a 2005; Membro do Conselho Fiscal da Ceam de 2002 a 2005; e Membro do Conselho Fiscal da CGTEE de 2000 a 2002.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (itens a, b, c e d)

Não aplicável.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (itens a, b e c)

Não aplicável.

Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009
13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:
i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários mensais; (ii) 13º salário; (iii) gratificação de férias; (iv) abono pecuniário de férias; (v) auxílio alimentação; (vi) auxílio moradia; (vii) ajuda de custo de transferência; (viii) cobertura parcial de despesas médicas; (ix) seguro de vida em grupo; (x) seguro ou auxílio funeral; (xi) fundo de pensão; e (xii) Participação nos Lucros ou Resultados, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessaçã o do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por remunerações baseada em ações.

Diretoria Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	Engloba a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio-refeição, auxílio moradia, bem como, ajuda de custo de transferência, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável. Tais membros fazem jus a Participação nos Lucros e Resultados - PLR da Companhia, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseada em ações.

Conselho Fiscal

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseada em ações.

ii. **proporção de cada elemento na remuneração total**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	2014			2013			2012		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal									
Salário ou pró-labore	100%	84%	100%	100%	75%	100%	100%	78%	100%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	5%	-	-	5%	-	-	5%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Variável									
Bônus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-	9%	-	-	8%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	11%	-	-	11%	-	-	9%	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

(i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;

(ii) o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;

(iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/DEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da



remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

Com relação à **remuneração variável** dos administradores, consubstanciada na Participação nos Lucros e Resultados – PLR pela Diretoria Estatutária, os indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) liquidez corrente, (ii) liquidez geral, e (iii) Despesa de Pessoal, Material e Serviço sobre a Receita de Operações com Energia Elétrica.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, tanto para os empregados quanto para a Diretoria Executiva, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Os membros da Diretoria Estatutária da Chesf recebem apenas a Participação nos Lucros ou Resultados - PLR como remuneração variável. A referida remuneração é estruturada para refletir o atendimento de indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) e por ocasião das negociações de Acordos Coletivos de Trabalho entre a Companhia e as entidades sindicais. Os referidos indicadores também estão alinhados como resultados financeiros apresentados pela Companhia no exercício social.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

Órgão	2015*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual:				
· Honorários, Salário ou pró-labore	324.830,04	3.231.207,97	162.415,02	3.718.453,03
· Benefícios diretos e indiretos	-	249.513,53	-	249.513,53
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· bônus	-	-	-	-
· participação nos resultados	-	381.800,47	-	381.800,47
· participação em reuniões	-	-	-	-
· comissões	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	433.822,44	-	433.822,44
Benefícios pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	324.830,04	4.296.344,41	162.415,02	4.783.589,47

* Os valores de 2015 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO, sendo que os valores de janeiro a março de 2014 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2014, para o período de abril de 2014 a março de 2015, e os valores de abril a dezembro de 2015, baseados na proposta submetida a AGO/2015. Os valores acima apresentados não incluem encargos.

Órgão	2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	4,42	3,00	13,42
Remuneração fixa anual:				
· Honorários, Salário ou pró-labore	301.859,73	2.639.565,55	150.898,80	3.092.324,08
· Benefícios diretos e indiretos	-	164.434,77	-	164.434,77
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	351.549,28	-	351.549,28
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	301.859,73	3.155.549,60	150.898,80	3.608.308,13

Órgão	2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	4,83	3,08	13,91
Remuneração fixa anual:				
· Honorários, Salário ou pró-labore	284.526,94	2.588.902,43	146.262,24	3.019.691,61
· Benefícios diretos e indiretos	-	177.395,31	-	177.395,31
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	305.268,62	-	305.268,62
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	372.042,01	-	372.042,01
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	284.526,94	3.443.608,37	146.262,24	3.874.397,55

Órgão	2012			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,67	5,00	3,08	13,75
Remuneração fixa anual:				
· Honorários, Salário ou pró-labore	247.346,68	2.569.432,12	136.721,36	2.953.500,16
· Benefícios diretos e indiretos	-	160.021,74	-	160.021,74
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	257.369,01	-	257.369,01
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós-emprego	-	296.254,24	-	296.254,24
Benefícios pela Cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	247.346,68	3.283.077,11	136.721,36	3.667.145,15

13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

Órgão	2015*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	381.800,47	-	381.800,47
Total da remuneração	-	381.800,47	-	381.800,47

* Os valores de 2015 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Órgão	2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	4,42	3,00	13,42
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	-	-	-

Órgão	2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	4,83	3,08	13,91
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	305.268,62	-	305.268,62
Total da remuneração	-	305.268,62	-	305.268,62

Órgão	2012			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,67	5,00	3,08	13,75
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	257.369,01	-	257.369,01
Total da remuneração	-	257.369,01	-	257.369,01

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pela participação nos lucros ou resultados, uma vez que a Companhia não distribui bônus. A Companhia esclarece que não há um valor mínimo ou máximo pré-determinado para pagamento de participação nos lucros ou resultados aos membros da diretoria estatutária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	6	0



13.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável em razão do disposto no item 13.6.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros

		Diretoria			
		Fachesf	Faceal	Brasilprev	Eletros
2014	Nº de Membros *	3	1	1	0
	Quantidade de administradores que	2	0	0	0
	Condições de se aposentar antecipadamente.	1	0	0	0
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.450.896,56	R\$ 265.223,59	R\$ 513.665,45	R\$ 22.068,65
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 204.217,47	R\$ 61.197,82	R\$ 60.096,79	R\$ 0,00
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	3	0	1	0
2013	Nº de Membros *	2	1	3	1
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	3	0
	Condições de se aposentar antecipadamente.	2	0	2	1
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.246.679,09	R\$ 204.025,77	R\$ 453.568,66	R\$ 22.068,65
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 176.940,06	R\$ 65.643,50	R\$ 122.532,56	R\$ 22.068,65
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	2	0	2	1
2012	Nº de Membros *	2	1	2	-
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	2	-
	Condições de se aposentar antecipadamente.	2	0	2	-
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.978.582,97	R\$ 138.382,27	R\$ 331.036,10	-
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 168.220,67	R\$ 56.713,32	R\$ 120.160,76	-
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	-	-	-

* O Diretor Financeiro da Companhia é requisitado da Eletrobras Distribuição Alagoas e realiza as contribuições junto a Faceal, já o Diretor de Engenharia aposentou-se pela Chesf em Dezembro de 2013 e atualmente realiza as contribuições à Brasilprev.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para resgate antecipado. Existe 1(hum) diretor com plano de previdência complementar da Fachesf com a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas como participantes e 90% da parte paga pela Companhia.

O Diretor-Presidente da Companhia tomou posse do cargo em abril de 2014 e é empregado de carreira da Chesf.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Período		Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2014	Número de Membros	4,42	6,00	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 924.906,90	R\$ 50.299,60	R\$ 50.299,60
	valor da menor remuneração individual	R\$ 192.701,89	R\$ 12.862,53	R\$ 50.299,60
	valor médio de remuneração individual	R\$ 713.925,25	R\$ 50.309,96	R\$ 50.299,60
2013	Número de Membros	4,83	6,00	3,08
	valor da maior remuneração individual	R\$ 791.124,96	R\$ 47.407,76	R\$ 47.407,76
	valor da menor remuneração individual	R\$ 167.485,44	R\$ 2.345,20	R\$ 4.038,96
	valor médio de remuneração individual	R\$ 712.962,40	R\$ 47.421,16	R\$ 47.487,74
2012	Número de Membros	5,00	5,67	3,08
	valor da maior remuneração individual	R\$ 813.288,99	R\$ 44.865,53	R\$ 44.865,53
	valor da menor remuneração individual	R\$ 523.823,46	R\$ 3.513,35	R\$ 3.290,70
	valor médio de remuneração individual	R\$ 656.615,42	R\$ 43.623,75	R\$ 44.390,05

Obs. 1: Nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, o valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual em face de ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.

Obs. 2: Quadros de composição dos órgãos

Diretoria – 2014		Conselho de Adm.-2014		Conselho Fiscal -2014	
Mês	Nº Membros	Mês	Nº Membros	Mês	Nº Membros
Janeiro	4	Janeiro	6	Janeiro	3
Fevereiro	4	Fevereiro	6	Fevereiro	3
Março	4	Março	6	Março	3
Abril	4	Abril	6	Abril	3
Maiο	4	Maiο	6	Maiο	3
Junho	4	Junho	6	Junho	3
Julho	4	Julho	6	Julho	3
Agosto	5	Agosto	6	Agosto	3
Setembro	5	Setembro	6	Setembro	3
Outubro	5	Outubro	6	Outubro	3
Novembro	5	Novembro	6	Novembro	3
Dezembro	5	Dezembro	6	Dezembro	3
Total	53	Total	72	Total	36

Nº de membros: $53/12 = 4,42$ Nº de membros: $72/12 = 6,00$ Nº de membros: $36/12 = 3,00$

Diretoria – 2013

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Mai	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	4
Dezembro	4
Total	58

Nº de membros: $58/12 = 4,83$

Conselho de Adm.-2013

Mês	Nº Membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Mai	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	72

Nº de membros: $72/12 = 6,00$

Conselho Fiscal -2013

Mês	Nº Membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	4
Abril	3
Mai	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	37

Nº de membros: $37/12 = 3,08$

Diretoria – 2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Mai	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60

Nº de membros: $60/12 = 5$

Conselho de Adm.-2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Mai	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	68

Nº de membros: $68/12 = 5,67$

Conselho Fiscal -2012

Mês	Nº Membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Mai	4
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	37

Nº de membros: $37/12 = 3,08$

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Na remuneração total detida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.